

Eleições 2026

PLATAFORMA DOS **SERVIDORES e SERVIDORAS** PÚBLICAS MUNICIPAIS DO CEARÁ

Serviço público forte com **direitos,
valorização e democracia** para
cuidar do povo!



Realização:



Federação dos Trabalhadores no
Serviço Público Municipal do
Estado do Ceará

Expediente

Redação: Matheus Figueiredo

Revisão: Thiago Marinho
e Rosilene Cruz

Diagramação: Igor Thawen



Diretoria Executiva Fetamce

Presidência:

Enedina Soares

Vice-Presidência:

José Iltemar Martins

Secretaria Geral:

Antônia Aurenice Santiago

Secretaria de Administração e Finanças:

Pablo Campos

Secretaria de Organização Sindical:

Adriana Costa de Carvalho

Secretaria de Formação:

Erialdo Abrahão

Secretaria de Comunicação:

Raimundo Nonato

Secretaria de Saúde do/a

Trabalhador/a:

Samuel Siebra

Secretaria de Assuntos Jurídicos:

Geraldo Alves

Secretaria da Mulher Trabalhadora:

Karla Bessa

Secretaria de Juventude:

Wedson Maciano da Silva

Secretaria de Políticas Sociais:

Manoel Brito de Souza

Secretaria de Combate ao Racismo:

Kátia Rogéria

Secretaria de Meio Ambiente:

Gilcéllo Paiva

Secretaria de Relações do Trabalho:

Maria Santos

Secretaria de LGBTQIAP+:

Geancarlos Moreira de Andrade

Secretaria de Aposentados/as e **Assuntos Previdenciários:**

Regina Lemos

Secretaria de Articulação com

Movimentos Sociais:

Sandra Maria

Secretaria de Finanças Públicas:

José Gomes de Freitas

Suplentes:

Antônio José Soares Ver

Ana Miranda

Regina Cláudia

Tereza Machado

Maria Nubia de Araújo

Kellinya Farias

João Paulo Rabelo Neto

Rejane do Nascimento Pereira

Eliziane Castro e Silva

Amauri Santos Freire

Antônio Antero da Silva

Valnice Castr

Edileuza Francisca de Alencar

Antônio Silvério Rodrigues de Sousa

Conselho Fiscal:

Catarina Lima

Ivaneia Vieira da Costa

Fabia Sales

Suplente Conselho Fiscal:

Gerlan Lopes Dias

Joelsa Andrade

Antônio Magelmo Pinho Mesquita

Secretarias de Mobilização Regional **Fetamce:**

Regional Metropolitana

Sávio Abreu de Freitas

Ronise de Castro Messias

Manoel Mancio Campelo

Regional Sobral

José Lira Dutra
Rosemary Araújo Santo
Marcelo Ângelo de Lima

Regional Maciço Baturité

Francisca Ângela Pinheiro de Souza
Medeiros
Francisco Antonio Ferreira Ribeiro
Antônio Welber Cavalcante Paz

Regional Vale do Jaguaribe

Antônio Marcos Pinheiro Santos
Célia Jucá Lima
Carlos Moacir Costa Serpa

Regional Iguatu

Maria Sayonara Lopes Medeiros
Fernandes
Samara Lopes Oliveira
José Araújo Junior

Regional Cariri

Lucia Costa de Almeida Silva
José Orlando Ferreira Furtado
Rosângela Lopes de Paiva

Regional Itapipoca

Expedito Bôscio do Nascimento
José Pereira da Silva
Paulo Cesar Gomes de Sousa

Regional Crateús

Charles Moreira Oliveira Bezerra
José Ferreira da Silva
Wiliam Rubens Veras Martins

Regional Sertão Central

Ana Célia Viana Coelho
Elisa Sales Paulino
Maria do Socorro Nascimento Gomes



Apresentação

A Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - FETAMCE apresenta às candidatas e aos candidatos nas Eleições de 2026 a Plataforma Eleitoral dos Servidores e Servidoras Públicas Municipais do Ceará.

A FETAMCE representa os interesses e as reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras que diariamente constroem, na ponta, as políticas públicas, lidando com a realidade da vida nos municípios cearenses. Educação, saúde, assistência social,

administração, fiscalização, infraestrutura, meio ambiente e tantas outras políticas só chegam à população porque existem servidoras e servidores responsáveis por executá-las.

A nossa Plataforma Eleitoral 2026 apresenta às candidatas e candidatos à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Governo do Estado um conjunto de compromissos fundamentais para as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público municipal. Longe de estar presa apenas às pautas salariais, queremos discutir qual Estado, qual serviço público e quais políticas sociais queremos construir para o Ceará e para o Brasil.

Convidamos candidatas e candidatos a assumirem compromisso público com esta Plataforma e, respeitadas as competências de cada cargo, a transformarem essas propostas em iniciativas legislativas, políticas públicas, orçamento, fiscalização e posicionamento político ao longo dos mandatos conquistados nas urnas. A adesão à Plataforma deve representar compromisso não apenas durante a eleição, uma vez que a FETAMCE acompanha permanentemente a atuação parlamentar e administrativa daquelas e daqueles eleitos, através de seus votos, de seus projetos, das políticas e posicionamentos diante das pautas aqui apresentadas.

Por isso, ofertamos às candidatas e candidatos um instrumento que revela com objetividade e nitidez o que é que as categorias do serviço público municipal esperam da atuação de parlamentares e membros do executivo nos próximos 4 anos. Compreendemos que para além de pautas e reivindicações, esta plataforma significa o compromisso com a luta diária de trabalhadoras e trabalhadores que fazem os serviços públicos acontecerem cotidianamente junto à população e saudamos aquelas e aqueles que firmam esse compromisso em defesa do serviço público municipal por todo o Ceará!



Eixo 01

DEMOCRACIA, NEGOCIAÇÃO COLETIVA, LIBERDADE SINDICAL E DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

O Estado democrático só existe com serviço público forte, com trabalhadores valorizados e com liberdade para que os sindicatos atuem na defesa das categorias.

Compromissos

- 1.** Regulamentar definitivamente a negociação coletiva no serviço público, assegurando aos servidores e empregados públicos da União, dos estados e dos municípios o direito à negociação de suas relações de trabalho, em consonância com a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho. Nesse sentido, defender a aprovação do Projeto de Lei nº 1.893/2026 ou de legislação que preserve e amplie seus princípios de democratização das relações de trabalho no setor público.
- 2.** Estimular a instituição de Mesas Permanentes de Negociação nos municípios, com participação das entidades sindicais, com calendário regular de reuniões, com procedimentos para tratamento dos conflitos e com efetividade dos acordos construídos.
- 3.** Defender a liberdade e a autonomia sindical, assegurando aos sindicatos o direito de representar os trabalhadores sem perseguição, retaliações, assédio, interferência administrativa ou outras práticas antissindicais.
- 4.** Construir instrumentos de prevenção e de responsabilização por práticas antissindicais no serviço público, garantindo proteção a dirigentes e trabalhadores que exercem legitimamente o direito de organização e manifestação.
- 5.** Defender o direito de greve, de manifestação e de organização dos servidores públicos, com regras democráticas que preservem simultaneamente os direitos da população e a liberdade coletiva dos trabalhadores.

6. Fortalecer conselhos, conferências, audiências públicas, mesas de negociação e demais mecanismos de participação e controle social, garantindo a presença efetiva dos sindicatos e da Fetamce na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Eixo 02

NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA E À PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Melhorar a administração pública é ampliar sua capacidade de atender à população, profissionalizar a gestão e valorizar trabalhadores, e não retirar direitos, fragilizar vínculos ou transformar políticas públicas em oportunidades para atender a interesses privados.

Compromissos

7. Rejeitar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2025 e quaisquer outras propostas de reforma administrativa que reduzam direitos, enfraqueçam a estabilidade, fragilizem concursos públicos, ampliem vínculos precários ou favoreçam a privatização e a terceirização indiscriminada dos serviços públicos.

8. Defender a estabilidade no serviço público como instrumento de proteção da continuidade administrativa, da impessoalidade e da capacidade dos servidores de exercer suas funções sem submissão a perseguições e interesses particulares.

9. Priorizar o concurso público como forma regular de ingresso no serviço público, combatendo a substituição permanente de servidores efetivos por contratos temporários, a terceirização, as bolsas, a pejetização e outras formas precárias de contratação.

10. Estabelecer limites efetivos para a contratação temporária, preservando sua utilização para situações realmente excepcionais e impedindo que se transforme em mecanismo permanente de ocupação de funções públicas.

11. Combater a terceirização e a privatização de atividades essenciais do Estado e denunciar especialmente quando significarem precarização do trabalho ou redução da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Eixo 03

VALORIZAÇÃO, CARREIRAS E PISOS PROFISSIONAIS

Valorizar as servidoras e servidores municipais é condição básica para atrair bons profissionais, preservar quadros qualificados e garantir continuidade e qualidade às políticas públicas.

Compromissos

12. Defender a valorização salarial permanente dos servidores públicos, lutando para garantir revisão periódica das remunerações e as condições para a conquista de ganhos reais.

13. Fortalecer a política nacional de valorização do salário mínimo, com crescimento real e proteção do poder de compra dos trabalhadores.

14. Defender a criação, implantação e atualização dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração para todas as categorias do serviço público, garantindo critérios transparentes de progressão, de formação, de qualificação e de remuneração.

15. Criar programas de apoio técnico aos municípios para elaboração e revisão de seus Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração, com a participação de representações dos sindicatos.

16. Defender o cumprimento integral dos pisos profissionais já estabelecidos em lei.

17. Apoiar a instituição de pisos nacionais para categorias do serviço público que ainda não disponham dessa proteção, e garantir que sejam acompanhados de mecanismos permanentes de financiamento que permitam sua implantação pelos municípios sem redução de serviços ou do pessoal.

18. Defender políticas específicas de valorização para os trabalhadores da educação, saúde, assistência social, psicologia, limpeza urbana e demais áreas essenciais do serviço público municipal.

19. Defender a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o fim da escala 6x1, garantindo jornadas compatíveis com a saúde, o descanso, a convivência familiar e comunitária e a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive no serviço público.

Eixo 04

PREVIDÊNCIA PÚBLICA E VALORIZAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Previdência é um direito social construído durante toda a vida de trabalho. Não podemos deixar que seja tratada apenas como um problema fiscal, financiando rentista às custas do tempo de trabalho da classe trabalhadora.

Compromissos

20. Defender a revogação das medidas da Reforma da Previdência que retiraram direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, restabelecendo condições justas de acesso à aposentadoria e proteção social.

21. Rejeitar novas reformas previdenciárias que transfiram aos trabalhadores o custo do equilíbrio financeiro dos sistemas mediante aumento excessivo de contribuição, ampliação do tempo de trabalho ou redução de benefícios.

22. Proteger os direitos dos aposentados e pensionistas, garantindo tratamento digno e preservação de direitos adquiridos.

23. Construir políticas de sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social que não tenham como eixo a retirada de direitos.

24. Garantir transparência, controle social e participação efetiva dos servidores ativos, aposentados e pensionistas na administração e fiscalização dos regimes previdenciários.

25. Criar instrumentos de apoio técnico aos municípios para a gestão responsável dos Regimes Próprios de Previdência Social, com transparência e participação dos trabalhadores.

Eixo 05

FINANCIAMENTO DOS MUNICÍPIOS, JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E ORÇAMENTO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não existe valorização do serviço público municipal sem discutir o financiamento dos municípios e a distribuição da riqueza nacional.

Compromissos

26. Defender um sistema tributário progressivo, no qual quem possui mais renda e mais patrimônio contribua proporcionalmente mais, reduzindo o peso dos tributos sobre trabalhadores, famílias de baixa renda e consumo de bens essenciais.

27. Defender medidas de tributação das altas rendas, grandes patrimônios e demais formas de concentração de riqueza, utilizando a arrecadação para financiar políticas públicas e reduzir desigualdades.

28. Ampliar e tornar regulares todos os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde, à educação pública e ao Sistema Único de Assistência Social.

29. Garantir que a criação de novos pisos profissionais ou obrigações nacionais para os municípios venha acompanhada de fonte de financiamento adequada.

30. Proteger e ampliar os mecanismos de financiamento da educação pública, especialmente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

31. Garantir o cumprimento da legislação relativa aos precatórios da educação e sua correta destinação aos profissionais e à manutenção e desenvolvimento do ensino.

32. Ampliar a transparência dos orçamentos públicos, facilitando o acesso da população e das entidades sindicais às informações sobre receitas, despesas, transferências, folha de pagamento e execução das políticas públicas.

33. Fortalecer os conselhos e demais instrumentos de controle social dos recursos públicos.

34. Defender uma política econômica orientada à geração de empregos, ao desenvolvimento e ao financiamento das políticas públicas, combatendo taxas de juros excessivamente elevadas que transferem recursos para o rentismo e restringem investimentos públicos e produtivos.

35. Defender regras fiscais que conciliem responsabilidade fiscal com responsabilidade social, preservando a capacidade da União, dos estados e dos municípios de investir em saúde, educação, assistência social, infraestrutura e serviços públicos.

36. Condicionar incentivos, benefícios e renúncias fiscais concedidos pelo poder público a contrapartidas efetivas de geração e manutenção de empregos, respeito aos direitos trabalhistas, desenvolvimento local, sustentabilidade e transparência, com avaliação periódica dos resultados econômicos e sociais alcançados.

37. Defender uma estratégia nacional e estadual de desenvolvimento produtivo, com investimento público, fortalecimento da indústria, ciência, tecnologia e infraestrutura, geração de empregos de qualidade e redução das desigualdades regionais, reconhecendo o Estado como agente fundamental da promoção do desenvolvimento.

Eixo 06

EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: SERVIÇOS PÚBLICOS PARA CUIDAR DO POVO

O serviço público municipal é a presença cotidiana do Estado na vida da população. Defender os seus trabalhadores significa defender as políticas que eles executam.

Compromissos

38. Defender o Sistema Único de Saúde público, universal e de qualidade, com financiamento suficiente, gestão pública fortalecida e valorização de seus profissionais.

39. Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social, com financiamento permanente e valorização dos trabalhadores que executam as políticas de proteção social.

40. Defender educação pública, gratuita, democrática, inclusiva e socialmente referenciada, com infraestrutura adequada e profissionais valorizados.

41. Rejeitar processos de privatização e militarização das escolas públicas e defender autonomia pedagógica, gestão democrática e liberdade de ensinar e aprender.

42. Promover políticas estaduais e nacionais de apoio aos municípios para implementação das legislações educacionais já existentes, incluindo:

- **Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008**, relativas ao ensino da história e das culturas africana, afro-brasileira e indígena;

- **Lei Federal nº 13.935/2019**, referente aos serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica;

- **Lei Federal nº 14.681/2023**, sobre bem-estar, saúde, qualidade de vida no trabalho e valorização dos profissionais da educação;

- **Lei Federal nº 13.722/2018**, relativa à capacitação em primeiros socorros;

- As legislações estaduais do Ceará que estão relacionadas à prevenção da violência e à educação para enfrentamento da violência contra as mulheres.

43. Garantir políticas permanentes de saúde e segurança no trabalho para os servidores municipais, incluindo prevenção de acidentes e doenças profissionais, saúde mental e fornecimento dos equipamentos de proteção necessários.

44. Combater o processo de loteamento político das direções de saúde pública através das OS's, trazendo diretamente para o Poder Público a gestão em saúde.

45. Defender o saneamento básico como serviço público essencial e direito da população, com financiamento público, gestão democrática, controle social e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do setor, combatendo processos de privatização da água, do esgotamento sanitário, da drenagem e do manejo de resíduos.

46. Defender uma política democrática de segurança pública baseada na prevenção, inteligência, proteção da vida e respeito aos direitos humanos, com valorização das Guardas Municipais, formação profissional permanente, remuneração e condições dignas de trabalho, saúde e segurança para seus servidores e servidoras.

Eixo 07

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E ÀS VIOLÊNCIAS

Serviço público democrático é aquele que representa a diversidade da sociedade e garante ambientes de trabalho livres de discriminação e violência.

Compromissos

47. Defender e ampliar políticas de igualdade racial e de enfrentamento ao racismo no serviço público.

48. Defender políticas de promoção dos direitos das mulheres, combatendo desigualdades salariais, assédio, violência e obstáculos à participação política e profissional.

49. Promover paridade e igualdade de gênero nos espaços públicos de decisão e gestão.

50. Defender políticas públicas de respeito e promoção dos direitos da população LGBTQIAP+, combatendo qualquer forma de discriminação.

51. Garantir acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e das pessoas no espectro autista, tanto como usuários dos serviços públicos quanto no acesso às oportunidades de trabalho.

52. Preservar e ampliar políticas de cotas e ações afirmativas no acesso ao serviço público, incluindo o debate e a implementação de políticas específicas de inclusão da população trans e travesti nos concursos públicos.

53. Defender a ratificação da Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho e sua efetiva aplicação no Brasil, instituindo políticas de prevenção e enfrentamento à violência e ao assédio no mundo do trabalho.

54. Criar mecanismos efetivos de prevenção, denúncia, apuração e responsabilização por assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência praticadas nos ambientes de trabalho.

55. Defender e ampliar políticas públicas de cuidados, reconhecendo o cuidado como responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias e sociedade, ampliando serviços públicos que reduzam a sobrecarga historicamente imposta às mulheres e valorizando profissionalmente os trabalhadores e trabalhadoras do cuidado.

56. Garantir legalmente às servidoras públicas vítimas de violência doméstica o direito à remoção, transferência, permuta, mudança de local de trabalho ou adoção de modalidade de trabalho compatível com sua proteção, sempre que necessário à preservação de sua integridade física e psicológica, mediante procedimento célere e sigiloso.

Eixo 08

MEIO AMBIENTE, SOBERANIA E TECNOLOGIA A SERVIÇO DO BEM ESTAR COMUM

A modernização do Estado deve significar melhores serviços e melhores condições de trabalho, e não redução de direitos ou substituição indiscriminada do trabalho humano.

Compromissos

57. Defender as empresas públicas e estatais estratégicas, reconhecendo seu papel no desenvolvimento econômico, na soberania nacional e na garantia de serviços essenciais.

58. Defender políticas de segurança alimentar e combate à fome, articuladas ao desenvolvimento local e regional.

59. Defender uma política de transição ecológica e energética justa, com planejamento e condução do Estado, participação efetiva dos trabalhadores, sindicatos e comunidades atingidas, geração de empregos de qualidade, qualificação profissional, proteção social, justiça territorial e investimentos públicos nos municípios e territórios que recebam empreendimentos energéticos ou sofram os impactos das mudanças climáticas

60. Garantir que a incorporação da inteligência artificial e das novas tecnologias no serviço público ocorra com transparência, responsabilidade social e participação dos trabalhadores.

61. Impedir que processos de transformação digital sejam utilizados para justificar demissões, terceirização, redução de direitos ou precarização do trabalho.

62. Garantir proteção dos dados dos servidores e cidadãos nos processos de digitalização dos serviços públicos.

63. Instituir programas permanentes de formação dos servidores para utilização das novas tecnologias.

64. Garantir que nenhuma decisão automatizada que afete direitos, acesso a serviços públicos, contratação, avaliação funcional ou condições de trabalho seja adotada sem transparência, possibilidade de contestação e revisão humana qualificada.

65. Utilizar a tecnologia para simplificar procedimentos, ampliar o acesso da população e melhorar as condições de trabalho dos servidores, preservando atendimento humano e presencial sempre que necessário.

Uma Agenda de Proteção do Serviço Público

Compromissos de
NÃO RETROCESSO

As candidaturas que aderirem à Plataforma deverão assumir também o compromisso de:

1. Não apoiar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2025 ou propostas equivalentes que fragilizem o serviço público.

2. Não apoiar novas reformas previdenciárias que retirem direitos.

3. Não apoiar medidas que eliminem ou reduzam injustificadamente a estabilidade dos servidores públicos.

4. Não apoiar a substituição indiscriminada de servidores concursados por trabalhadores temporários, terceirizados ou contratados precariamente.

5. Não apoiar a privatização de políticas públicas essenciais.

6. Não apoiar a privatização ou militarização das escolas públicas.

7. Não apoiar propostas que enfraqueçam sindicatos, negociação coletiva, direito de greve ou liberdade de organização dos trabalhadores.

8. Não utilizar a transformação digital ou a inteligência artificial como justificativa para retirada de direitos e precarização dos vínculos de trabalho.

Compromisso Público

Ao aderir à Plataforma dos Servidores e Servidoras Públicas Municipais do Ceará – Eleições 2026, a candidata ou o candidato declara conhecer as reivindicações apresentadas pela FETAM-CE e assume o compromisso público de defendê-las, respeitando as atribuições constitucionais e legais do cargo para o qual concorre.

A adesão é livre, pública e poderá ser acompanhada durante o mandato pela Federação e pelos sindicatos filiados.

**SERVIÇO PÚBLICO FORTE
É DIREITO DO POVO!**

**Valorizar quem serve à população
é fortalecer o Ceará e o Brasil!**

PLATAFORMA DOS
**SERVIDORES
e SERVIDORAS**
PÚBLICAS MUNICIPAIS DO CEARÁ

Realização:



Federação dos Trabalhadores no
Serviço Público Municipal do
Estado do Ceará

Serviço público forte com **direitos,**
valorização e democracia para
cuidar do povo!

Filiada á

CONFETAM
CONFEDERAÇÃO DOS(A)S TRABALHADORES(A)S NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE
ESTATÍSTICA E ESTUDIOS SOCIOECONÔMICOS



INTERNACIONAL DE
SERVIÇOS PÚBLICOS



ESCANEIE O QR-CODE E
ACOMPANHE NOSSAS
REDES SOCIAIS:

@fetamce